

# **Estratégias produtivas e familiares de agricultores familiares assentados: estudo de dois assentamentos paulistas<sup>1</sup>**

DEGASPARI, L.C.<sup>2</sup>;  
ANDRADE, A.<sup>3</sup>;  
SIQUEIRA, G.<sup>2</sup>;  
RIGHETTI, M.S.<sup>4</sup>;  
LEMONS, P.P.<sup>5</sup>;  
LACORTE, V.<sup>6</sup>;  
CARVALHO, T.<sup>7</sup>;  
KHATOUNIAN, C. A.<sup>8</sup>  
MORUZZI MARQUES, P.E..<sup>9</sup>

## Resumo

Este trabalho trata das estratégias adotadas por famílias assentadas em torno notadamente de circuitos curtos de comercialização alimentar. O estudo diz respeito a dois assentamentos rurais do estado de São Paulo, nos quais duas experiências podem ser destacadas: aquela da Feira do Produtor e aquela do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Para discutir estas estratégias, mobilizamos os dados obtidos em entrevistas realizadas com agricultores assentados nestes assentamentos. Nosso interesse se dirige igualmente às características das famílias engajadas nestes circuitos curtos alimentares.

---

<sup>1</sup>Trabalho realizado no âmbito dos projetos de pesquisa “Estruturação do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP” e “Múltiplos Impactos da Implantação de Assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas”, ambos fomentados pelo CNPq.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ/CENA/USP (luciane.degaspari@yahoo.com.br).

<sup>3</sup>Graduanda em Gestão Ambiental na ESALQ/USP (ana.gianfrancesco@yahoo.com.br).

<sup>4</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma na ESALQ/USP(g.pansani.s@gmail.com).

<sup>5</sup> Graduando em Gestão Ambiental na ESALQ/USP (marcaorighetti@hotmail.com).

<sup>6</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma na ESALQ/USP (vitorlacorte@yahoo.com.br).

<sup>7</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma na ESALQ/USP (tomas\_sflt@hotmail.com).

<sup>8</sup> Professor doutor do Departamento de Produção Vegetal da ESALQ/USP. (armênio.esalq@usp.br).

<sup>9</sup> Professor doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia Rural da ESALQ/USP e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (ESALQ-CENA)/USP (pmarques@usp.br)

Nossas hipóteses levam a destacar que a adoção de estratégias de comercialização em circuitos curtos aumenta o grau de autonomia das famílias, favorecendo a diversificação de cultivos. A diversidade produtiva permite uma melhora na alimentação das famílias, ao mesmo tempo oferecendo meios interessantes de renda. Aqui, as informações obtidas nas entrevistas constituem a base de nossa discussão sobre as lógicas produtivas e familiares que se desenvolvem em razão do engajamento em circuitos curtos alimentares.

Para tal intenção, nosso trabalho apresenta em primeiro lugar características dos dois sistemas em estudo, ou seja, a Feira do Produtor de Araraquara e o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, no que se refere, sobretudo, à sua implantação em Americana e Cosmópolis. Em seguida, consideramos as características mais gerais dos dois assentamentos em questão. Enfim, nosso olhar se dirige para as lógicas, estratégias e motivações em torno das famílias assentadas consideradas em nosso estudo.

## **Introdução**

A renda agrícola obtida pelo resultado produtivo do estabelecimento rural constitui um meio importante para o agricultor familiar se manter motivado a alcançar a realização de suas expectativas futuras e assegurar a reprodução social de sua família. A rentabilidade é vista pelo agricultor como um fator que determina a continuidade de suas atividades ou a desagregação (FEIDEN, 2001).

Para gerar renda agrícola, o agricultor deve produzir e disponibilizar alimentos no mercado. No entanto, agricultores familiares pouco capitalizados e com baixo grau de instrução têm dificuldades de integração no mercado (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). Trata-se notadamente de limites para coordenar e organizar as atividades do estabelecimento (INCRA/FAO, 2000).

Os entraves ligados à comercialização da produção familiar já eram alvos de pesquisas específicas nos anos de 1950. Na década seguinte, sociólogos e extensionistas se preocupavam com o tema, que entrou na pauta acadêmica da modernização agrícola, principalmente nos anos de 1970. Estes

debates foram incorporados pelos movimentos sindicais e sociais nos anos 1980, transformando-se em demandas claras de políticas públicas desde os anos de 1990 (RIBEIRO *et. al.*, 2003).

Atualmente, é possível identificar ao menos quatro principais canais de escoamento da produção agroalimentar: venda direta ao consumidor, integração vertical com o agronegócio processador, fornecimento ao setor de distribuição e oferta aos mercados institucionais. Dentre estes canais, destacamos para fins deste trabalho, as formas de escoamento ligadas a circuitos curtos de comercialização de alimentos, tais como a venda direta ao consumidor e o fornecimento aos mercados institucionais. Nestes casos, os canais de comercialização foram instituídos por políticas públicas municipal e federal.

### **Os circuitos curtos de comercialização alimentar em foco**

A venda direta pode ocorrer em feiras, que são consideradas como uma categoria do mercado varejista com frequência semanal. As feiras são instituídas e reguladas pela municipalidade para distribuir localmente alimentos e produtos básicos (MASCARENHAS, 2008). Em grande medida, é pertinente pensar que políticas públicas que estimulam feiras tendem a fortalecer a agricultura familiar (CONSTANT e DAROLT, 2008), sobretudo aquelas de produtores. Convém lembrar que a agricultura familiar produz parte essencial da alimentação dos brasileiros.

Como resultado destas feiras, podemos apontar para uma dinamização do comércio local, com geração de ocupações e renda. Adicionalmente, existe maior possibilidades de controle sobre a procedência dos produtos (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2005). As feiras de alimentos possibilitam oportunidades de agregação de valor, existência de um espaço regular de comercialização (RIBEIRO *et. al.*, 2003) no qual há uma aproximação entre produtor e consumidor, estimulando negociações de preço e relações de afetividade e troca de saberes.

Em contextos de insegurança alimentar, a feira permite a disponibilização e garantia de acesso a alimentos social e culturalmente

diferenciados (SACCO DOS ANJOS *et. al.*, 2005). Em muitos casos, as feiras são criadas para garantir o acesso de pessoas em vulnerabilidade social a alimentos com menor preço (CASCAVEL, 2007; ASSIS, 2008). A feira também possibilita a venda e o consumo de produtos artesanais locais.

A “Feira do Produtor”, que ocorre no terminal de ônibus urbano de Araraquara, foi instituída pelo “Programa Direto do Campo”, que foi transformado em lei municipal (nº 5.908). O intuito da lei é possibilitar que pessoas em vulnerabilidade social adquiram alimentos com menor preço através da comercialização direta de hortifrutigranjeiros, conservas, derivados de leite e da agroindústria familiar, além de fortalecer a autonomia de agricultores familiares (ARARAQUARA, 2002).

A gestão do referido Programa é de responsabilidade de atores diversos, como ITESP<sup>10</sup>, assentados, agricultores familiares e prefeitura. Os participantes são agricultores familiares em quaisquer condições de acesso à terra. Eles recebem autorização de comercialização vigente durante um ano, com possibilidade de renovação. O transporte dos produtos do estabelecimento ao Terminal Integração é realizado pela prefeitura, que também cede as bancas (ARARAQUARA, 2002). Em janeiro de 2006, participavam do “Programa Direto do Campo” 32 famílias, sendo que 20 eram assentados de Monte Alegre (KURANAGA, 2006).

Segundo Kuranaga (2006), os assentados em Monte Alegre que se tornaram feirantes aumentaram o número de produtos comercializados, a renda agrícola e a disponibilidade monetária, ainda tendo melhora na dieta alimentar familiar e menor uso de insumos químicos. Tais características refletem em ganho na sustentabilidade socioeconômica e ambiental para as famílias.

O outro modo analisado aqui de criação de circuitos curtos alimentares de comercialização é aquele em torno dos Mercados Institucionais Alimentares (MIAs). Os MIAs envolvem esferas governamentais como municipal, estadual e federal. É possível pensar que os MIAs constituem uma ferramenta de primeira grandeza para viabilizar condições de reprodução social na agricultura familiar,

---

<sup>10</sup>Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.

valorizando os modos de vida tradicionais e a produção de alimentos de qualidade (BECKER, COSTA e SACCO DOS ANJOS, 2011).

A participação da agricultura familiar em MIA é recente no Brasil. Inicialmente ocorreram experiências localizadas, descontínuas, instituídas por governos interessados em incentivar a produção familiar e local de alimentos (BECKER, COSTA e SACCO DOS ANJOS, 2011).

Em 2003, foi instituído no Brasil um novo arranjo de MIA, o Programa de Aquisição de Alimentos. O PAA se difere dos MIAs tradicionais na medida em que simplifica as licitações com vistas a favorecer a participação de agricultores familiares (BRASIL, 2004), segmento apoiado pelas políticas públicas em razão de suas vantagens econômicas, sociais, ambientais, territoriais e culturais.

O PAA é uma política pública federal que visa apoiar à produção da agricultura familiar e ações voltadas a promoção da segurança alimentar. O intuito é possibilitar a populações em situação de insegurança alimentar o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade. Assim, trata-se de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável no meio rural através do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2004).

Diversos estudos (IPEA, 2005; MATTEI, 2007; VIERIA, 2007; LEITE *et al*, 2009) têm mostrado que assegurando a aproximação entre consumo e produção, o PAA fortalece e gera autonomia para agricultores. O Programa promove o desenvolvimento rural com interações entre diversos atores, além de ser favorável a criação e fortalecimento de organizações de agricultores. Como resultado, há mudanças em práticas produtivas, aumento da renda agrícola, do número de produtos e até da autoestima dos agricultores (IPEA, 2005).

O PAA opera em diversas modalidades, tais como Compra Antecipada, Compra Direta, Formação de Estoque, Incentivo a Produção e Consumo de Leite e Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea. Esta última é operacionalizada pela CONAB<sup>11</sup> com a compra de produtos da agricultura familiar e doação a instituições como asilos, creches, hospitais públicos e outros programas sociais locais. O agricultor pode atualmente comercializar até 4.500 reais/ano.

---

<sup>11</sup>Companhia Nacional de Abastecimento.

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea do PAA requer a diversificação produtiva dos sistemas agrícolas (SANTOS *et. al.*, 2012). Outro resultado é o aumento da produção e consumo de alimentos regionais, preservando costumes, hábitos e culturas locais, além de melhorar a alimentação das famílias agricultoras com uma dieta de qualidade e quantidade (CAVALCANTI, 2011).

Esta modalidade foi operada no assentamento Milton Santos em Americana, pela Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista (ACOTERRA). Em 2009 – em entrevistas exploratórias que antecederam o projeto “Múltiplos Impactos da Implantação de Assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas”, fomentado pelo CNPq – constatou-se que, entre 25 assentados, 55% da renda familiar era oriunda da comercialização via PAA. Em 2010, o volume entregue em entidades assistenciais era de 401.218 kg de alimentos, gerando R\$ 346.479,66. Em 2010, 51 assentados desta associação participavam do Programa.

Para discutir as estratégias das famílias em decorrência da participação nestes dois canais de comercialização, a terceira parte do texto traz características dos assentamentos onde as famílias vivem e produzem.

## **Os assentamentos Monte Alegre e Milton Santos**

Em 2008, a “*Feira do Produtor*” era composta majoritariamente por agricultores assentados em Monte Alegre, na região de Araraquara. O assentamento formou-se entre 1985 e 1998, tendo em torno de 385 famílias em lotes com em média 14 ha (CAMPOI, 2005). Situado no limite entre Araraquara, Matão e Motuca, distancia-se a 28 km de Araraquara e a 300 km de São Paulo.

A formação de Monte Alegre ocorreu em período de desemprego sazonal de trabalhadores temporários dos pomares de citros e canaviais da região (CHONCHOL, 2003). Eles foram organizados pela FETAESP<sup>12</sup> para

---

<sup>12</sup>Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

serem assentados em terras públicas. Em 2006, a produção vegetal correspondia a 64% das atividades agropecuárias, com cultivos anuais, 55%, e cana de açúcar, 45% (DEGASPARI, 2006).

O outro assentamento estudado é aquele Milton Santos, em Americana e Cosmópolis. O assentamento é fruto de uma nova proposta do MST<sup>13</sup> chamada “*Comuna da Terra*”. Formou-se no final de 2005, parte em Cosmópolis e parte em Americana. Hoje, conta com 62 famílias que ocupam lotes com 1 ha cada. O assentamento distancia-se de 15 km do centro de Americana, 30 km da cidade de Cosmópolis. Está a 140 km de São Paulo. Convém mencionar que a participação do MST foi fundamental para sua criação.

A proposta concebida para o assentamento Milton Santos prevê a pluriatividade como estratégia para os assentados como forma de aumentar a renda, conforme uma concepção de assentamentos periurbanos. Assim, trata-se de propiciar o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas e mescladas com não agrícolas.

Milton Santos é um assentamento enquadrado enquanto modalidade PDS<sup>14</sup>, o que implica notadamente em sistemas produtivos de base ecológica. Em resultados preliminares de pesquisas realizadas em 2012 e desenvolvidas no âmbito da ESALQ/USP (“Estruturação do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP” e “Múltiplos Impactos da Implantação de Assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas”), observa-se que, dentre 52 lotes, há hortaliças em 42, milho em 33, frutas em 25, mandioca em 22 e feijão em 19 lotes.

O entorno de Monte Alegre e Milton Santos é marcado por vastos canaviais, pomares de citros e pastos. Em Araraquara, a concentração fundiária é considerada muito forte (índice de Gini 0,78), com canaviais que ocupam 44% da área, seguidos por laranjais (13%) e pastagem (12%) (SÃO PAULO, 2008).

No que se refere à infraestrutura dos dois assentamentos, os entrevistados, em geral, acham que a frequência do transporte público é baixa

---

<sup>13</sup>Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

<sup>14</sup>Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Portaria/INCRA/P Nº 477, de 04 de novembro de 1999.

e que as estradas internas e de acesso aos assentamentos carecem de reparos. A assistência técnica também é vista pelos assentados das duas áreas como insuficiente quanto à frequência e qualidade.

Em ambos os assentamentos predominam homens mais velhos e de baixa escolaridade. Quanto à origem profissional dos agricultores, em Monte Alegre foram assentados trabalhadores rurais temporários, já no Milton Santos, os assentados são de origem urbana oriundos das periferias sobretudo de Campinas, Limeira e Americana.

A partir da contextualização dos assentamentos, passaremos a analisar as lógicas e estratégias das famílias ligadas aos circuitos curtos de comercialização tanto por venda direta quanto por mercados institucionais. Para tal, foram entrevistados agricultores dos dois assentamentos em momentos distintos.

Em Araraquara, dentre os 27 feirantes em 2008, 15 eram assentados em Monte Alegre, destes foram escolhidos por amostragem aleatória simples notadamente 4 feirantes para serem entrevistados durante a pesquisa “Estratégias familiares e sustentabilidade econômica em assentamento rural”, realizada em 2008.

No assentamento Milton Santos, por volta de 33 agricultores escoavam via PAA seus produtos em 2010. Deste grupo, foram entrevistados 18 assentados na pesquisa “Múltiplos Impactos da Implantação de Assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas”, em 2011.

Nas entrevistas constam aspectos referentes às famílias como composição, idade e grau de instrução dos membros, além de estratégias de reprodução social ligadas à segurança alimentar, renda familiar e risco, este último visto pela ótica da dependência externa. Um de nossos intuítos foi caracterizar as estratégias das famílias assentadas ligadas a circuitos curtos de comercialização e seus reflexos quanto à perpetuação dos estabelecimentos de produção familiar.

## **Perfil, estratégias e motivações das famílias assentadas**

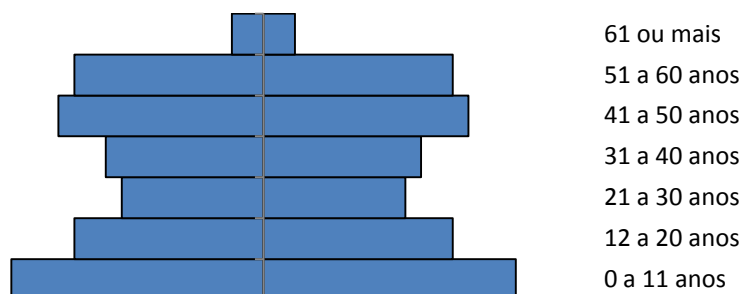


Em Monte Alegre, 64% dos membros das famílias pesquisadas são homens, bem como no Milton Santos (54%). Em ambos os assentamentos observa-se o processo de masculinização do campo, estudado por Del Grossi e Graziano (2002). A migração para a área urbana é mais atraente para a mulher em virtude da retração de seus lugares no campo modernizado (NEAD, 2006; ABRAMOVAY e MELLO e SILVESTRO, 2003).

Quanto ao tamanho das famílias, nota-se que aquelas engajadas em feiras são mais numerosas do que aquelas que fornecem ao PAA (média de 4 para feira e de 3 para estas últimas). A venda pela feira demanda bastante trabalho, principalmente na fase de comercialização (CONSTANT e DAROLT, 2008, DEGASPARI, 2010), assim é mais coerente à adoção desta estratégia por famílias maiores.

Outro elemento de caracterização dos agricultores é a distribuição etária. A pirâmide etária dos entrevistados (gráfico 1) refletiu o envelhecimento da população rural, processo discutido por Graziano e Del Grossi (2002).

GRÁFICO1: Pirâmide etária dos membros das famílias ligadas a circuitos curtos.



A comercialização em circuitos curtos de comercialização favorece a participação de famílias com membros mais jovens para o trabalho rural, do que a média dos assentados em Monte Alegre e Milton Santos.

No que tange ao grau escolaridade, os assentados em Monte Alegre e no Milton Santos têm baixa instrução. O grau de instrução indica o progresso relativo à escolarização, fator fundamental ao desenvolvimento. A baixa escolaridade priva de condições fundamentais de liberdade participativa, mudança social, equidade (SEN, 2010), dificulta o uso de novas tecnologias e também influi na renda rural (VIEGAS, 2005; NEY, 2006; SCHNEIDER et. al.,

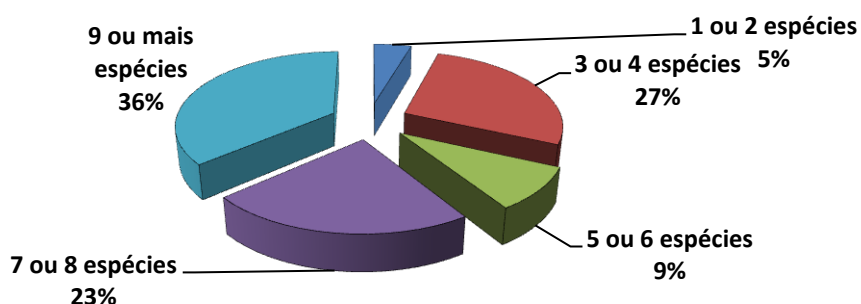
2006). Logo, este fator também pode contribuir para a dissolução dos estabelecimentos rurais.

Em relação às estratégias de reprodução social, a comercialização direta via feiras demanda mais trabalho devido ao tempo gasto na venda do produto (DEGASPARI, 2010; CONSTANT e DAROLT, 2008). Pelo contrário, os estabelecimentos ligados ao PAA vendem através da associação, requerendo menos trabalho.

Quanto aos sistemas agrícolas, o gráfico 2 apresenta a diversidade produtiva dos estabelecimentos pesquisados ligados a circuitos curtos de comercialização nos dois assentamentos estudados. Os estabelecimentos com produção diversificada tendem a incorporação de outras atividades não agrícolas, como o processamento do alimento. Deste modo, tornam-se potencialmente mais estáveis, sustentáveis e multifuncionais ao longo do tempo na medida em que incorporam mais fases do processo produtivo/comercial, agregando valor aos produtos e promovendo ganho em autonomia familiar (MALUF *et. al.*, 2003).

A agrobiodiversidade da produção familiar também promove a conservação e preservação de espécies agrícolas crioulas (VAN DER PLOEG, 2009) e oferece estabilidade ecológica ao sistema produtivo.

GRÁFICO2: Diversificação produtiva de estabelecimentos agrícolas ligados a circuitos curtos de comercialização.



A diversidade produtiva é evidente em estabelecimentos ligados a circuitos curtos de comercialização alimentar. Tal característica também foi observada em outros estudos (CONSTANT e DAROLT, 2008; SANT´ANA, 2009).

A estabilidade social e econômica dos estabelecimentos familiares é promovida pela garantia de alimentação diversificada e maior disponibilização da renda monetária. Nas entrevistadas, os agricultores ligados aos circuitos curtos relatam a melhora na dieta alimentar da família em termos de quantidade, diversidade e qualidade.

Tendo a segurança de uma alimentação saudável oriunda do lote, as famílias passaram a comprar menos alimentos, gerando maior disponibilização da renda monetária e estabilidade econômica.

De outro modo, nas entrevistas, pode-se constatar que a escolha das espécies cultivadas em geral, ocorre em razão da preferência alimentar da família. Logo, a estratégia de produção de autoconsumo tem peso importante nas decisões sobre a produção comercial.

Estrategicamente, a produção de autoconsumo permite às famílias o controle sobre recursos fundamentais a sua reprodução social, tal como segurança alimentar (VAN PLOEG, 2006). A produção para consumo próprio também diminui gastos com alimentação, de forma a disponibilizar recursos financeiros para outros fins.

Dos estabelecimentos participantes de circuitos curtos, 85% são voltados à produção simultânea para o autoconsumo e para o comércio, o que resulta em maior autonomia ao grupo familiar. Portanto, estes estabelecimentos possibilitam menor grau de dependência do agricultor em relação ao mercado, maximizando a renda monetária líquida em conjunto com culturas voltadas a comercialização.

Além do ganho em disponibilização monetária, o valor da renda agrícola aumentou após o direcionamento dos sistemas produtivos aos circuitos curtos de comercialização. Os agricultores também se dizem satisfeitos com os preços recebidos. Quanto ao pagamento, aos feirantes é à vista e aos agricultores ligados ao PAA chega a demorar 30 dias.

Os circuitos curtos alimentares aproximam agricultores baseados na interação face-a-face, nas relações de confiança entre produtor e consumidor. Nestes circuitos, os agricultores controlam seus critérios de produção e as condições de acesso aos consumidores (SILVEIRA, *et. al.*, 2009).

Por outro lado, no atual contexto rural brasileiro, o peso na composição da renda familiar das chamadas rendas não agrícolas e salários de membros

da família tem crescido. Deste modo, para 59% dos agricultores entrevistados neste estudo a renda não agrícola é a principal, já para 27% é a agrícola e ambas as fontes são igualmente importantes para 14%.

As principais fontes de renda não agrícola são: aposentadorias, salários decorrentes da pluriatividade e “Bolsa Família”. Em Monte Alegre, as aposentadorias têm peso maior na renda familiar e no Milton Santos é a pluriatividade. A pirâmide etária dos entrevistados mostra a existência de mais idosos em Monte Alegre. A aposentadoria dá muitas vezes suporte à escolha de estratégias produtiva (TAVARES *et. al.*, 2011). No campo, 16% são aposentados, sendo a maior parte por tempo de serviço (DIEESE, 2009).

Por outro lado, a existência da pluriatividade depende de características familiares e grau de dinamização da econômica local. Americana é parte da região metropolitana de Campinas, uma das mais dinâmicas do estado. Além deste estímulo, o assentamento é recém criado, logo a atividade agrícola está pouco estabilizada. No entanto, o PAA veem contribuindo para o fortalecimento da agricultura no assentamento, graças aos meios para comercializar os produtos.

A pluriatividade como estratégia familiar pode favorecer a manutenção do estabelecimento agrícola e a reprodução das famílias, conforme estudo de Schneider (1999). Os membros pluriativos pertencem a 59% das famílias ligadas a circuitos curtos de comercialização

## **5 - Considerações finais**

A população no campo tende a ser masculina, mais velha, com baixo grau de escolaridade e pertencentes a famílias menores. Assim, trata-se de indivíduos com baixa qualificação e renda. No caso das famílias assentadas engajadas em circuitos curtos alimentares, observamos que este perfil é um tanto diferenciado, com mais oportunidades para jovens.

Portanto, convém aqui destacar que tais meios de escoamento da produção permitem uma multiplicação de oportunidades de trabalho, associado a um tipo de comercialização que favorece um estreitamento de relações entre campo e cidade. Esta aproximação oferece maior oportunidade de

reconhecimento da profissão de agricultor, com ganhos em termos de autoestima para indivíduos que conheceram situação de muita marginalização social.

Adicionalmente, os estabelecimentos ligados a circuitos curtos alimentares tendem a sustentabilidade nas óticas ambiental, social e econômica, principalmente em função do aumento da diversificação produtiva e autoconsumo. As famílias agricultoras buscam estratégias de produção e reprodução com menor grau de dependência externa. De outro modo, o PAA garante um acesso importante ao mercado de alimentos às famílias assentadas, estimulando ao mesmo tempo a ideia de investir no fortalecimento de uma agricultura de base ecológica no assentamento Milton Santos.

## 6 - Bibliografia consultada

ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura**. São Paulo: v. 50 (1), p. 11-24, 2003.

ARARAQUARA. **Lei Municipal nº 5.908 (2002)**. Decreto que cria e regulamenta as atividades do projeto de comercialização direta da produção da agricultura familiar. Disponível em :<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/4507129/art-2-da-lei-5908-02-araraquara>> acessado em 29 de julho de 2012.

ASSIS. **Lei Municipal nº 5.579(2008)**. Decreto que. Regulamento projeto de comercialização direta de produtos da agricultura familiar Disponível em: <[http://www.femanet.com.br/virtualdomains/passis/images/diarioficial/Edicao\\_1070.pdf](http://www.femanet.com.br/virtualdomains/passis/images/diarioficial/Edicao_1070.pdf)> acessado em 29 de julho de 2012.

BECKER, C.; COSTA, L. C.; SACCO DOS ANJOS, F. **Consumo social e mercado institucional: a agricultura familiar frente aos mercados de qualidade** (2011). Disponível em: <[http://www.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CA/CA\\_00247.pdf](http://www.ufpel.edu.br/enpos/2011/anais/pdf/CA/CA_00247.pdf)> Acessado em 20 de julho de 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.696 (2003)**. Decreto de criação do PAA. Disponível em <[http://www.paa.sc.gov.br/manual\\_2004.pdf](http://www.paa.sc.gov.br/manual_2004.pdf)> Acessado em 22 de julho de 2012.

CAMPOI, A. M. **Sistemas de produção e estratégias de vida: um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre – Araraquara, SP**. 2005, p. 201, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2005.

CASCAVEL. **Lei Municipal n ° 4636** (2007) Decreto que regulamenta a feira do produtor e dá outras providencias. Disponível;  
<[http://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais/consulta-de-leis.html?sdetail=1&leis\\_id=71](http://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais/consulta-de-leis.html?sdetail=1&leis_id=71)>Acessado em 22 de julho de 2012.

CAVALCANTI, N.; RAMOS, N. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos- compra antecipada especial da agricultura familiar com doação simultânea- para a alimentação escolar no município de Remígio – PB. Fortaleza – CE In: **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – 12 a 16/12/2011

CHONCHOL, M. E. F. **Assentamento Monte Alegre: Conflitos e Negociações nas Ocupações e Terras.** In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE M.;

CONSTANTY, H; DAROLT, M. R. Estratégias de fortalecimento da relação entre produtores e consumidores orgânicos. In: **Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias.** Curitiba; 2008. Complexo Agroindustrial Orgânico. Curitiba PR: Orgânica, p. 44-48, 2008,.

DEGASPARI, L. C. Análise da sustentabilidade econômica em assentamento de reforma agrária na região de Araraquara SP. 2006 (mimeo). Monografia. ESALQ/USP Piracicaba 109 p.

**Estratégias familiares e sustentabilidade econômica em assentamento rural** 113p. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Campus de Ciência Agrária de Araras, Universidade Federal de São Carlos 2010.

DEL GROSÍ, M. E.; SILVA, J.G. **O novo rural: uma abordagem ilustrativa.** Londrina: IAPAR, v. 1, 53 p., v. 2, 49 p, 2002.

DIEESE. **Estatística do meio rural 2010/2011** 4 ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo 2011 293 p.

FEIDEN, A Metodologia para análise econômica em sistemas agroecológicos – 1ª Aproximação: Análise de culturas individuais. **Embrapa Agrobiologia. Documento 141.** Rio de Janeiro: Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez 2001, 30 p.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate.** Disponível em<[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa\\_AABR-OPPA\\_Texto\\_PAA\\_versao\\_livro.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf)> Acessado em 27 de julho de 2012

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/doc/AgriFam.htm>>. Acessado em: 30 de julho de 2012.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000.

IPEA. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1145.pd](http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1145.pd)> Acessado em 22 de julho de 2012.

KURANAGA, A.A., **Feiras do Produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara**. 2006. 134 p.9 (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2006.

MASCARENHAS, G., DOLZANI, M. C. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea In: **Ateliê Geográfico Revista Eletrônica** V. 2, n 2. 2008 Disponível em <[www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710/](http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710/)> Acessada em 29 de julho de 2012.

MALUF, R. S.; CAZELLA A. A.; BONNAL, F. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. CARNEIRO, M J; MALUF, R S. (Orgs.) et al Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. In **Cadernos do CEAM**. Brasília. 2007

NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, DF: MDA. 2006

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J.L.G; NORONHA, A. B; CASTRO, B.S; GALIZONI, F.M.; CALIXTO, J.S., SILVESTRE, L.H. **A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais**. \* UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I. ; CALDAS, VELLEDA, N. **As Feiras livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1. 197 pg. 2005.

SALIM, Aline (2010). Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos: história de vida, história de luta. **IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento, Araraquara: UNIARA**

SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização **Rev. Econ. Sociol. Rural**[online]. 2009, vol.47, n.3, pp. 615-636. ISSN 0103-2003.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000300004> Acessado em 30 de julho de 2012.

SANTOS, A. R.; VIEIRA, N. S.; FERREIRA, P. R; CASTRO, T. T. S. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. In: **Cadernos Gestão Social**, Vol. 3, No 1p. 9-23 (2012).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 02/12/2011.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; CASTILHO E SILVA, C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006 295 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização** industrial no Rio Grande do Sul 1ª Ed. Porto Alegre Ed. UFRGS 1999.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras 2010. São Paulo 461 p.

SILVEIRA, P. C., BALEM, T. A. DONAZZOLO, J. ;SILVA, G. P. A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. XIV **Congresso Brasileiro de Sociologia Grupo de trabalho: Sociologia Econômica**. 28 a 31 de julho 2009. Rio de Janeiro

TAVARES V. O., TEIXEIRA, K. M. D.; WAJANMAN S., LORETO, M. S. S Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 94 - 108, jan./jul. 2011 |

VAN DER PLOEG, J. D. 2006. O modo de produção camponês revisitado. Em: S. *Schneider (Org.)*, **A diversidade da agricultura familiar**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 13-54

\_\_\_\_\_. 2009 Sete teses sobre a agricultura camponesa In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. p. 17 – 31 PETERSEN, P. (org) Rio de Janeiro AS-PTA 2009.



VIEIRA, D. F. A. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da Agricultura Familiar. **In: Resumo do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção.** 2007

VIEGAS, H. A. A influência no nível de escolaridade na renda das famílias: um estudo de Caso Assentamento Loroty, Tocantis. **XLIII Congresso da Sober.** Ribeirão Preto, 11 p., 2005.